



GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

Território e cultura indígena: a população Guarani do Jaraguá, São Paulo.

Autoria: Nathalia Lucas Tavares de Souza (SE), Bernadete Aparecida Caprioglio Castro

Os índios Guarani ocupam a região do Pico do Jaraguá no noroeste paulista (Grande São Paulo) desde a década de 1960. Sua estada na área antecede as leis ambientais do país no que tange as áreas de proteção permanente, bem como, versam sobre direito originário de ocupação do território, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 231. Ali, estão localizadas as aldeias: Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e mais recentemente a Tekoa Ytakupe, que representam espaço sagrado da cultura Guarani, pois se colocam no espaço como caminhada para a Terra a Sem Males e ao mesmo tempo, território da grande parentela. O presente work tem como objetivo apresentar a luta dos Guarani por seus territórios na região do Jaraguá, São Paulo. Essas aldeias ocupam áreas extremamente pequenas, o que compromete a sobrevivência de sua população, também limitada pela proibição de caça ou coleta de materiais no Parque Estadual do Jaraguá. Ao mesmo tempo, empreendimentos imobiliários de grande porte como condomínios fechados e expansão desordenada da cidade de São Paulo, ameaçam o pouco espaço que lhes restam para reprodução de modo de vida. A luta pela ampliação das áreas e pela demarcação das terras continua enfrentando entraves no desenvolvimento das políticas públicas destinadas aos povos indígenas. As aldeias em questão representam um ponto de resistência da cultura Guarani em plena capital paulista, preservando a língua e costumes, garante aos mais jovens um patrimônio cultural capaz de mobilizar forças para sua sobrevivência.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: